

RETERRITORIALIZANDO A EPISTEME DAS PRÁTICAS: A GESTÃO GUARANI M'BYÁ DA TERRA INDÍGENA RIO AREIA COMO PARADIGMA PARA A PRESERVAÇÃO DA FLORESTA COM ARAUCÁRIAS NO PARANÁ

JOÃO FRANCISCO MIRÓ MEDEIROS NOGUEIRA¹

UEPG, BRASIL

<https://orcid.org/0009-0000-5753-4095>

RESUMO: *Embasado na metodologia de análise espacial interdisciplinar da Geografia Cultural e História Ambiental, o artigo se propõe a analisar a aplicação de gestões territoriais antagônicas dentro da Floresta Ombrófila Mista na região centro-sul do estado do Paraná. A investigação encaminhada buscou encontrar no processo de ocupação histórica deste ecossistema duas vertentes espaço-temporais que se acumulam no manejo histórico florestal regional. O modelo de manejo territorial Guarani M'byá e o estilo de gestão ecossistêmica implantado através das colônias de imigrantes oriundos da Europa Central estão em pauta no artigo. O objetivo do texto é analisar o processo histórico de sobreposição de ocupação e uso do solo e encaminhar novas perspectivas para a descolonização de estratégias de gestão ecológica florestal.*

PALAVRAS-CHAVE: *gestão territorial, Floresta Ombrófila Mista, Guarani M'Byá, imigração europeia.*

ABSTRACT: *Based on Cultural Geography and Environmental History spatial approaches, this paper intends to analyze the application of opposite territorial management strategies inside Mixed Ombrophilous Forest ecosystem in southern Paraná, Brazil. The investigation sought to find along the historical process of this ecosystem's occupation two accumulated spatiotemporal aspects that reveal traces of the historical forestry management in the region. The first territorial management applied by the Guarani M'byá ethnic group, and the ecosystem management applied through the colonies of Central Europe immigrants to the region. The main goal of this article is to analyze the historical process of overlapping occupation and land use and forward new perspectives for decolonized strategies for the ecological management of the Mixed Ombrophilous Forest.*

KEYWORDS: *territorial management, Mixed Ombrophilous Forest, Guarani M'Byá, European immigration.*

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGGEO/UEPG) E-mail: jfmmnogueira@gmail.com
NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

Introdução

A gestão territorial, dentre suas plurais perspectivas, representa um conjunto de ações de manejo embasados em técnicas tradicionais ou não, que conferem sentidos e inferem lógicas às formas de relacionamento de uma comunidade com o meio em que esta se insere. Ou seja, a gestão, conforme apontou Little (2006), relaciona-se imediatamente ao âmbito da ação humana, enquanto o território, ademais de sua designação política do termo geográfico, relaciona-se ao domínio, por parte de um determinado grupo, de uma porção espacial e sua materialidade ecológica. Tendo isso em consideração, o artigo pretende discutir o processo espaço-temporal de conformação de estruturas de pensamento da gestão territorial que resultaram na contemporânea condição de ameaça e fragmentação da Floresta Ombrófila Mista² no estado do Paraná (LACERDA, 2016).

Para tanto, propõe-se a interpretação dos processos de territorialização e seu conjunto de técnicas e tempos – em uma perspectiva analítica embasada no pensamento geográfico de Milton Santos (2012) –, assim como da construção de sentidos e estruturas de pensamento dentro dos manejos que configuram a histórica gestão territorial da Floresta Ombrófila Mista (daqui em diante FOM) na região Centro-sul do Paraná. Esta análise se embasa em metodologias da História Ambiental e perspectiva, a partir das camadas de temporalidade do manejo da floresta, encontrar conjuntos de ações específicos que evidenciam a gestão territorial como agência de transformação do espaço geográfico e suas categorias.

Com esse intuito, propomos no texto ponderar acerca dos processos históricos de ocupação do ecossistema em questão, evidenciando as estratégias de gestão territorial sobrepostas e suas inferências à continuidade, ou não, da existência da floresta. A acentuada conversão da paisagem florestal em áreas de monocultivo, iniciada a partir da década de 1920 e acelerada pela agricultura industrializada na década de 1960 (SAUER e BALESTRO, 2013), associada às expansões dos interesses especulativos do agronegócio e suas práticas não-ecológicas³, embasam o conjunto de ações e relações na manutenção de práticas que promovem a preservação ecossistêmica. Neste contexto, buscamos analisar a gestão territorial praticada pelos indígenas da etnia Guarani M'Byá na Terra Indígena Rio Areia, situada no município de Inácio Martins, com a gestão territorial e manejo florestal praticado na região em que esta Terra Indígena está inserida, com a finalidade de se estabelecer um comparativo e uma análise histórica espacial.

² A nomenclatura pode ser encontrada como Floresta Ombrófila Mista, Pinheiral (IBGE, 2012, 2014), Floresta com Araucárias (RADOMSKI e LACERDA, 2019) ou também Matas de Araucária (MAACK, 1981, p. 242)

³ O relatório 'Estado das Florestas no Mundo' (SOFO, sigla em inglês) divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – em 2020, aponta que 70% do desmatamento na América Latina foi gerado por demandas do agronegócio, tais como expansão de áreas de pasto e cultivo intensivo em regiões florestadas. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca8642en/ca8642en.pdf>.

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

Objetivos

Em confluência com a proposta interpretativa dos processos históricos acumulados em camadas sobrepostas no complexo paisagístico da FOM no Centro-sul do Paraná e suas respectivas lógicas operacionais de territorialização espacializadas temporalmente, a proposta metodológica do presente texto busca encontrar categorias de análise interpretativa sobre os processos de manejo e gestão da Floresta com Araucárias ao longo do processo de colonização deste ecossistema pelo Estado. Para tanto, a abordagem praticada inspira-se na Geografia Cultural e História Ambiental, a partir da interpretação do espaço com auxílio de fontes históricas, tanto documentais quanto orais. Essa análise potencialmente amplia a leitura da paisagem regionalizada.

A abordagem interpretativa propõe evidenciar que a paisagem e a agência humana ante o ecossistema carregam historicidade constitutiva e que essa historicidade expõe o acúmulo de lógicas de gestão territorial e de interação com o ambiente, acentuando os processos que constituem a configuração florestal tal como se dá contemporaneamente.

À óptica da História Ambiental, o conhecimento acerca dos processos históricos de transformação das paisagens, assim como usos e apropriações culturais de elementos disponíveis no ecossistema em que sociedades se desenvolvem, são fundamentais como princípios de entendimento e inserção da dimensão biofísica na historiografia contemporânea (WORSTER, 2008). Seu grande desafio teórico consiste em pensar o ser humano em sua complexidade biológica e sociocultural, propondo uma quebra com a tradição ‘flutuante’ da historiografia, que separa os acontecimentos históricos de sua ‘terrenidade’, os lugares onde acontecem (PÁDUA, 2010).

Assim, podemos encontrar um ponto de diálogo entre o campo geográfico e a ciência histórica, pois tem-se nos processos de conformação do espaço elementos essenciais na interpretação da sociedade e da ecologia ao longo de momentos históricos específicos. Milton Santos, em seu *Metamorfoses do espaço habitado*, destaca que a interpretação de uma paisagem e seu circuito de objetos e ações deve ser feita através das suas camadas temporais sobrepostas, assim como por marcos históricos e espaciais nela inseridos que testemunham a condição de uso do espaço e transformação da paisagem, alinhadas às condições de necessidades e técnicas que condizem à temporalidade de seu estabelecimento (SANTOS, 2012).

O geógrafo Augustin Berque, por sua vez, classifica a ação de inferência de sentido à paisagem em dois níveis: a teoria da paisagem e o pensamento paisageiro⁴. O primeiro nível corresponde exatamente ao exercício de interpretação da construção de sentido e de forma de um recorte espacial em determinada região, ou seja, a teoria da paisagem é, na essência, o exercício do pensamento geográfico, da reflexão acerca da

⁴ *Pensée paysagère* na obra original no idioma francês, traduzido para o português por Adriana Serrão, 2011, p. 200- 212.

forma, função, estruturas e processos; o segundo nível ocupa-se, exclusivamente, na ação de inferência de sentido à paisagem pelo atores da própria, ou seja, o pensamento paisageiro corresponde à mentalidade de ação cotidiana no manejo do território e construção da paisagem – tanto em sua materialidade quanto significados, memórias e afetividades (BERQUE, 2013, p. 5).

A análise proposta pelo artigo, portanto, busca encontrar elementos na paisagem contemporânea da FOM na região Centro-sul do Paraná que atestam a inferência de sentido imposta ao ecossistema durante o período da colonização da região. Tais inferências, em escala mais ampla, condicionaram o território ao estado de ameaça tanto à continuidade da cobertura vegetal nativa como das culturas originárias na região. Para tanto, iremos propor o exercício de interpretação das sobreposições de sentido a partir da materialidade da paisagem entrelaçadas por testemunhos de oralidade embasados na experiência vivida ao longo de processos fundamentais de conformação do território da FOM contemporaneamente.

Proposta metodológica

Com este objetivo, nos embasamos na metodologia construída e aplicada por Nogueira, que buscou compreender como as ações acumuladas no manejo florestal significam a paisagem de sistemas agrícolas tradicionais na região da FOM no Paraná (2021). Assim, a metodologia de levantamento de dados históricos embasou-se na interpretação de documentação histórica regional, além de relatórios históricos e pesquisas acadêmicas acerca da temática de uso e ocupação históricos da FOM no Centro-sul do Paraná. Também para análise foram coletadas entrevistas de agricultores descendentes de colonos assim como de indígenas Guarani M'byá, habitantes da Terra Indígena Rio Areia. As narrativas contidas nas entrevistas potencialmente relacionam as vivências pessoais com elementos materiais da paisagem, em interpretação proveniente da História Oral (LAVERDI e MASTRÂNGELO, 2013).

Para a análise da configuração e entrelaçamentos ecológicos dentro de cada um dos recortes espaciais comparados – pequenas propriedades rurais com histórico de colonização e uso da terra dentro da área indígena do Rio Areia –, aplicamos a interpretação paisagística de Berque: as escalas de complexidade ecológica do ambiente; o sentido da relação humana com este meio; e a configuração das relações estabelecidas a partir da reciprocidade entre estas grandezas – a natural e a humana (BERQUE, 2013).

Assim, o artigo dividiu-se em três etapas construtivas acerca da análise proposta. A primeira parte consiste na interpretação das escalas de complexidade do ambiente comum às duas epistemes gestonais em questão: a Floresta Ombrófila Mista. A segunda parte consiste na interpretação histórica do manejo ecossistêmico indígena Guarani M'Byá e o manejo colonial, respaldado pelo Estado. Por fim, uma análise

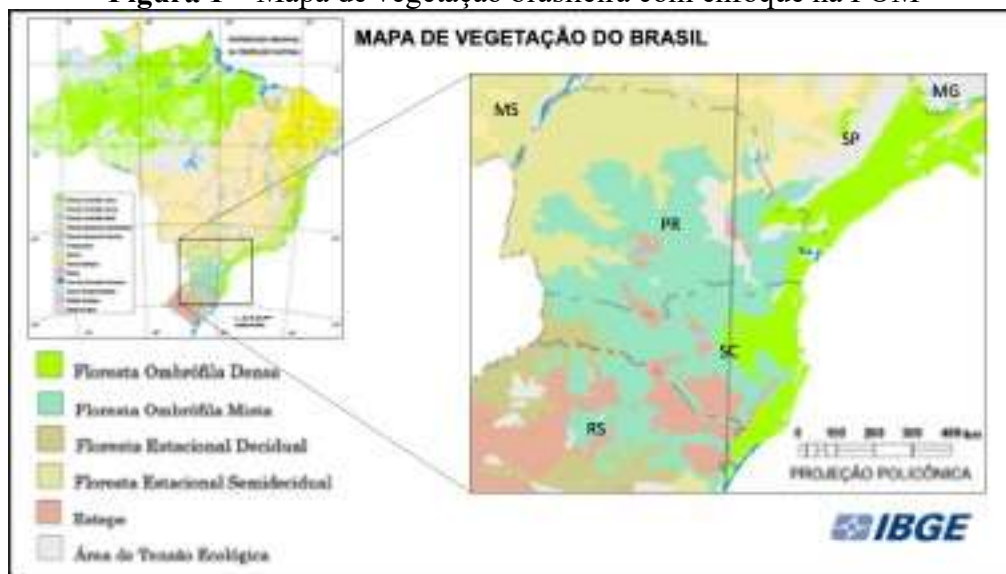
interpretativa em que se comparam ações de manejo pautadas pelas epistemes hegemônicas e as epistemes periféricas, propondo um deslocamento epistêmico das práticas em direção a uma gestão ecológica para a FOM.

Floresta ombrófila mista no Paraná: fragmentação como construção espaço-temporal dual

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a FOM ocorre exclusivamente no Planalto Meridional Brasileiro, em regiões subtropicais com invernos cujas médias de temperatura não ultrapassam os 15°C, e, dentre suas diversas formações, possui na presença do Pinheiro-do-Paraná (*Araucaria angustifolia*) sua espécie característica (IBGE, 2004). Koch e Corrêa apontam para a relevante biodiversidade existente dentro desta tipologia vegetal, referindo-se a estudos que indicam uma variedade de mais de 400 espécies de árvores e arvoretas catalogadas na Floresta com Araucária somente no estado do Paraná (2010). Sem mensurar a rica biodiversidade da fauna neste ecossistema integrante do bioma da Mata Atlântica brasileira (NOGUEIRA, 2021).

O naturalista Reinhard Maack, baseado em dados levantados ao longo de incursões científicas à região de ocorrência da FOM durante as décadas de 1930 e 1940, estabeleceu que a área de abrangência de cobertura vegetal da FOM espalhava-se por cerca de 182 mil km², ocorrendo nos três estados do sul do Brasil e ainda alguns fragmentos no estado de São Paulo e na Serra da Mantiqueira, no estado das Minas Gerais (MAACK, 2012). Posteriormente, com tecnologias de mapeamento baseadas em imagens de satélite, pôde-se estabelecer com precisão a área de cobertura original desta tipologia florestal, conforme evidencia a figura abaixo, desenvolvida com base no Mapa da Área de Aplicação da Lei 11.428 de 2006, Lei da Mata Atlântica, elaborado pelo IBGE no ano de 2006:

A longa jornada de resiliência, adaptação e transformação da Floresta com Araucárias às condições ambientais contou com diversas alterações em sua composição de espécies e organização ecossistêmica, ao longo de um período de possivelmente 200 milhões de anos (DUTRA e STRANZ, 2003; ARRUDA, 2016). Entretanto, a mais rápida e acentuada transformação em suas características biológicas foi, definitivamente, quando sua trajetória se entrecruzou com a de uma espécie exótica a este ecossistema: o ser humano (*Homo sapiens*) estabeleceu dentro da Floresta com Araucárias novas formas de relações de interdependência entre as espécies que, ao longo dos últimos dois milênios, conduziram este ecossistema à expansão e à sua diminuição. As ações humanas também influenciaram em sua morfologia e diversidade biológica (BONOMO et al., 2015; LAUTERJUNG et al., 2018).

Figura 1 – Mapa de vegetação brasileira com enfoque na FOM

Fonte: IBGE, 2006. Adaptação nossa.

Estudos demonstram que, através de levantamentos arqueológicos, a *Araucaria angustifolia* sofreu uma intensa dispersão antropogênica realizada por grupos de caçadores e coletores da Tradição Taquara/Itararé (tronco linguístico Jê⁵), que, em práticas de coleta de pinhão e manejo florestal, influenciaram na disseminação de sementes desta árvore, consequentemente estimulando, pela ação humana, o avanço da floresta sobre outros sistemas ecológicos como campos (BITENCOURT; KRAUSPENHAR, 2006; ROBINSON et al; 2018).

As interações interespecíes dentro do ambiente da Floresta com Araucárias representaram uma gama de possibilidades para a subsistência e desenvolvimento cultural de variados grupos humanos ao longo do tempo. Ativa e mutuamente se transformando, tais interações, embasadas nas necessidades humanas, inferiram na geração de múltiplas práticas culturais, assim como no surgimento de tipos específicos de manejo e gestão da floresta, processos de territorialização, práticas de agricultura e utilização da flora e fauna como alimento, vestimenta, auxílio na instalação de abrigos e o invento de práticas cerimoniais com usos rituais. Além de possibilidades de adaptações culturais e adequações às ofertas ambientais incomensuráveis (DEAN, 2013).

Entretanto, contemporaneamente, estima-se menos de 3% de sua área de cobertura vegetal original continua viva como floresta. Neste contexto, nenhum remanescente da FOM no Estado do Paraná – recorte político proposto nesta pesquisa – encontra-se livre dos processos antrópicos, sendo que apenas 0,3% do total de florestas remanescentes pode ser classificado como floresta secundária avançada ou primária alterada (CASTELLA; BRITEZ, 2004). Ainda, estudos recentemente publicados mostram que os maiores remanescentes ainda existentes de FOM no sul do Brasil raramente ultrapassam a dimensão de 50 hectares, o que representa uma paisagem florestal fragmentada, repleta de grandes

⁵ Grupo linguístico que originou as etnias Kaingang e Xókleng no estado do Paraná (IBGE, 1981).

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

monoculturas e com poucos remanescentes, geralmente não interconectados entre si (LACERDA, 2016).

Segundo Pires (et al., 2012, p. 595), as áreas de remanescentes florestais legalmente protegidas no Paraná, enquadradas dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), cobrem aproximadamente 1 milhão de hectares. Apesar de Terras Indígenas não fazerem parte do SNUC, de acordo com o Instituto Sócio Ambiental, onze Terras Indígenas estão inteiramente localizadas dentro do ecossistema da FOM no Paraná, totalizando aproximadamente 80 mil hectares, entre os quais grandes áreas de FOM seguem preservadas, em estágios secundário avançado e mesmo em primário (DERLAN, 2020; ISA, 2021).

Na região centro-sul do Paraná a Terra Indígena Rio Areia, localizada no município de Inácio Martins, destaca-se pela grande área de preservação florestal mantida dentro de seus limites. Com uma área total delimitada em 1367 hectares, possui 97% de sua dimensão territorial coberta por floresta secundária, isso equivale a 1311,4 hectares de FOM preservada unicamente no território Guarani M'Byá.

Figura 2 – A Terra Indígena Rio Areia protege relevante área de FOM



Fonte: O autor, 2022.

O panorama atual da FOM, portanto, é resultado de um intenso processo de conversão paisagística e ressignificação do ecossistema promovida pelo processo de colonização idealizado pelo Estado (NOGUEIRA, 2021). A agência territorial do processo colonial evidenciou uma dicotomia de pensamento no que se refere à gestão do ambiente e materializou no território da FOM a contraposição de pensamentos. A compreensão desta contraposição, cuja imposição de uma forma de pensamento sobre a outra deu-se através de violências históricas – conforme discutiremos adiante no texto –, apresenta-se como paradigma no que diz respeito à construção de um futuro sustentável e duradouro para a gestão da FOM no Paraná e no Sul do Brasil.

Com a finalidade de organizar uma análise construtiva acerca da compreensão de como esta dicotomia agiu e consolidou a floresta como
NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

fragmentos modificados e severamente antropizados, propomos entender como a gestão do território foi consolidada historicamente por colonos – cuja ação esteve conduzida pelo Estado – e por indígenas – cuja gestão e mesmo a territorialidade foram abruptamente desincentivadas pelo Estado ao longo da expansão territorial da colonização na região e no período histórico abordado. Para tanto, propomos um recorte espaço-temporal ao recolher narrativas de anciões indígenas que lembram como o processo de territorialização do Estado inferiu mudanças no estilo de vida de seus ancestrais imediatos, assim como narrativas de agricultores familiares descendentes de colonos europeus instalados nas primeiras linhas de avanço da colonização da FOM no Centro-sul do Paraná, ao narrarem sobre as práticas de manejo empregadas por seus ancestrais ao momento em que se instalaram no ecossistema em questão.

Manejo sustentável do território: a caminhada Guarani

A cultura Guarani baseia-se em uma matriz epistêmica da qual a mobilidade territorial e a impermanência – tanto de suas roças como de suas aldeias – estão, historicamente, relacionadas às interações que esta etnia estabeleceu com os ecossistemas pelos quais percorreu. Estudos etnológicos apontam que a dissipação de grupos do tronco linguístico Tupi-Guarani a partir da Amazônia formaram, ao longo de milênios, três subgrupos da etnia Guarani (SILVA et al., 2020). Os Guarani-Kaiowá, que contemporaneamente se distribuem no Mato Grosso do Sul e Paraguai; os Guarani-Ñandeva, que ocupam territórios na Argentina, Paraguai, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo; e os Guarani M'Byá, que ocupam territórios no Tocantins, Pará, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraguai e Argentina (TORRES, 1997; ISA, 2021). O último subgrupo é com o qual trabalharemos neste artigo, conforme já apontado anteriormente.

Pesquisas antropológicas evidenciam que, ao longo do período de formação da cultura Guarani, a caminhada das populações originárias formadoras desta etnia passou por biomas variados, como a floresta amazônica, pantanal, chaco e mata atlântica, em um processo de caminhada estimado em 5 mil anos (TORRES, 1997). A presença dos indígenas Guarani dentro do ecossistema da FOM não é exatamente precisa. Porém, sabe-se da existência de vestígios arqueológicos desta etnia ao longo do vale do rio Iguaçu que datam de pelo menos 500 anos antes do presente (NOELLI, 2000, baseado em CHMYZ, 1977), embora pesquisas mais recentes apontem para a presença desse grupo há ao menos um milênio na FOM (NOELLI, 2021; ROBINSON et al; 2018; PRINTES e COELHO-DE-SOUZA, 2021).

A utilização dos recursos oferecidos pelo ecossistema, como a coleta de pinhões e frutas nativas (NOELLI, 1993), por parte dos Guarani, baseou-se, ao longo do tempo, em uma gestão sustentável do território, associando o cultivo de plantas leguminosas, gramíneas, cucurbitáceas e tuberosas – com especial destaque à mandioca (*Manihot esculenta*) – a

um sistema alimentar fundamentado na obtenção de proteína animal a partir da caça e pesca. Estreitamente relacionada à utilização de plantas, também se desenvolveu a cultura material e imaterial Guarani: a utilização de plantas para o trançado de cestarias e confecção de ferramentas além do profundo conhecimento de plantas com usos medicinais ainda hoje caracterizam a cultura Guarani em todos os territórios em que se encontram (TORRES, 1997; NEIRA, 2008; BENTO, 2023).

O meio de subsistência tradicional empregados pelos Guarani no território, conforme apresentou Torres, era embasado na satisfação de necessidades imediatas, na coleta do que a natureza lhes oferecia em frutas silvestres, mel, raízes, ovos, produtos de caça e pesca, sem a finalidade de armazenamento e conservação por muito tempo nem acumulação de riqueza (1997). O sistema de cultivo agrícola de plantas também não previa o uso extensivo da terra, ou seja, grande variedade de plantas eram semeadas e plantadas dentro de uma área de roçado, e com o passar de algumas colheitas, se porventura o terreno já não estivesse mais fértil para certos cultivos, era abandonado e deixado para a regeneração natural (RIBEIRO, 1987).

O consórcio ecossistêmico pleno, com cultivo agrícola e interação interdependente entre espécies dentro das localidades das paradas, acampamentos e aldeamentos Guarani, é verificado a partir da narrativa do *xamo*⁶ Arlindo Tupã Veríssimo, morador da aldeia Rio Areia, nascido no início da década de 1950 na região da Terra Indígena Rio das Cobras⁷ – inserida no ecossistema da FOM. Ao relatar sua experiência de vida tendo passado a infância em caminhadas com a família, o ancião rememora as práticas mantidas pelos Guarani mais antigos:

Os antepassados viviam longe dos não-índio, cinco, dez quilômetros de distância, geralmente onde tem rio e abundância de comida nativa. Quando as coisas terminavam, a comida e a caça, as famílias já pensavam em se mudar, para outro lugar, que tivesse fartura de alimento. Quando a gente era criança, antes mesmo de abrir o olho, a gente já estava andando por algum lugar (VERÍSSIMO, 2022).

As práticas de gestão territorial em interação com o meio, a partir da utilização não predatória dos recursos das florestas e o cultivo de alimentos originários é uma importante característica das antigas aldeias – antes da penetração completa da imposição de sistemas culturais dependentes da indústria, fenômeno que se espalhou pelas aldeias indígenas paranaenses na década de 1970⁸ – que desvela relevantes traços da memória biocultural Guarani (BARRERA-BASSOLS e TOLEDO, 2008). O complexo conhecimento acerca das plantas úteis e estratégias

⁶ Palavra no idioma guarani que traduzida para português significa avô, é utilizada no cotidiano para identificar pessoas anciãs com qualidades de conselheiros, orientadores e clarividentes.

⁷ Situada no município de Espigão Alto do Iguaçu, terceiro planalto paranaense.

⁸ A partir de um processo de troca por serviços braçais fora das Terras Indígenas, conforme informou a professora indígena Eva Lopes em entrevista cedida ao autor.

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

de continuidade do cultivo e replicação de tantas outras espécies torna evidente uma sabedoria ligada à autonomia territorial e à autossuficiência alimentar. Essa prática territorial é reforçada pelo testemunho de João Karaí Xijú Lopes, morador da aldeia do Rio Areia⁹, cujas memórias de infância remetem à década de 1930:

Na aldeia não tinha crise, plantava milho, mandioca. Não existia ninguém aposentado, todo mundo trabalhava. O que a gente comia a gente plantava. Fazia puxirão [um tipo de mutirão comunitário]. Feijão, arroz, mandioca, amendoim, milho, pepino, melancia, toda coisa nós plantava. Meus pais viviam só trabalhando. [...] não tinha nem banha e nem sal, então nossa comida era feijão, quixerinha, biju (LOPES, 2022).

Entretanto, ademais de suas práticas de manejo territorial sustentável, o estilo de vida, assim como a presença indígena em terras com potencialidade de exploração econômica por parte da elite agrária, foi perseguido e tornou-se motivo de interesse pelas classes dominantes através de políticas públicas promovidas pelo Estado. A política de colonização pautou o território sob a ótica de que: [há] “uma quantidade inumerável de índios que vagueiam perdidos para o trabalho e para a indústria pelas suas terras devolutas e em grande parte ainda por explorar”¹⁰. Em 1875, em relatório apresentado à Assembleia do estado, o então Presidente da Província sugeriu: “é preciso, pois, preparar os colonos para penetrarem nas regiões de matas virgens”, com o intuito de que estes convertessem a paisagem de acordo com os anseios e interesses das elites econômicas paranaenses (NOGUEIRA, 2021, p. 31).

Desta forma, ao longo do processo conduzido pelo Estado, os Guarani foram obrigados a se adaptarem a uma prática territorial historicamente ligada à estrutura de poder eurocêntrica: no lugar do fluxo das caminhadas e assentamentos, a adoção da fixação territorial foi imposta e tornou-se mesmo uma necessidade para a sobrevivência dos grupos e a preservação de suas terras, como foi o caso da aldeia Rio Areia, tornado evidente por pesquisa histórica e documental publicada por Gurski (2015). De acordo ainda com Printes e Coelho-de-Souza, os Guarani mantiveram certo grau de interação com os não indígenas. Porém, como estratégia de autoproteção, foram se embrenhando nas matas e nas áreas montanhosas mais íngremes e de difícil acesso, buscando a invisibilidade, o isolamento, como forma de conseguir manter seu *M'byá rekó* (modo de ser e viver) (2021).

⁹ João Karaí Xijú Lopes tinha 96 anos e sete meses de idade no momento da realização da entrevista.

¹⁰ PARANÁ. Relatório do Presidente de Província do Paraná, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854, p. 60 – 64.

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani *M'byá* da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

Capitalização ecossistêmica: a base da ação territorial colonial

As condições ecossistêmicas e fitogeográficas do Paraná estiveram, desde o início das ações da colonização, especuladas e apropriadas pelas elites econômicas e políticas, conforme suas demandas e possibilidades de acúmulo de poder e capital (OLIVEIRA, 2001)¹¹. Até então tida como fronteira limite dos anseios e especulações econômicas das classes dominantes, foi somente a partir do final da década de 1820 que a Floresta Ombrófila Mista passou a acumular crescente interesse exploratório por parte da elite agrária e industrial, primeiramente pela grande quantidade de ervais nativos abrigados pela FOM, de onde a erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) poderia abundantemente ser capitalizada, e, secundamente, pelo seu imenso potencial exploratório madeireiro.

A associação entre o potencial acúmulo de capital a partir da exploração de uma economia florestal e a implementação, por parte do Estado, de políticas de branqueamento populacional e integração territorial (COSTA e FERREIRA, 1999), promoveu ao território da FOM a especulação de terras pautada pela condução de ações de inserção do território em uma lógica capitalista integrada em escala transnacional (LINHARES, 1969; WACHOWICZ, 1981). A primeira fase de assentamento de imigrantes deu-se entre 1820 e 1850, com a fixação de colônias de alemães nas áreas de avanço em direção aos recursos florestais, hídricos e territórios tradicionalmente ocupados, iniciando grande transformação social, econômica e ecológica em todo o território de ocorrência da FOM no Paraná (CARDOSO; WESTPHALEN, 1981; WACHOWICZ, 1981; CARVALHO; NODARI, 2008).

As fundações de colônias de estrangeiros no território da FOM atingiram seu ápice entre as décadas de 1890 e 1940, quando a população do estado do Paraná mais do que dobrou (CARDOSO; WESTPHALEN, 1981). Na região do Centro-sul paranaense foram fundadas, neste período, diversas colônias de imigrantes instaladas no entorno das recém-fundadas cidades¹². Essas cidades possuíam o papel de centralização de prestação de serviços e comércio ligadas às suas colônias, ou seja, as colônias funcionavam como satélites das cidades. As colônias, por sua vez, tinham como função a ocupação territorial controlada pelo estado, a conversão da paisagem em cultivos agrícolas e o abastecimento dos mercados ervateiro e madeireiro, que se dava pelas madeiras integradas às cidades, por onde passava a linha de ferro (CARVALHO, 2006; NOGUEIRA, 2021).

O processo de territorialização implícito ao projeto de colonização da FOM no estado do Paraná consistiu na conversão das áreas florestadas em áreas de agricultura, pois cabia aos imigrantes pagar a terra e a casa em prestações anuais, conforme o preço da terra determinado pela

¹¹ Conforme apresenta o autor na sessão inicial de sua obra intitulada: 'A posse da terra: o núcleo duro da classe dominante histórica'.

¹² São Mateus do Sul (1890), Antônio Olinto (1895), Mallet (1896), Prudentópolis (1906), Irati (1907), Cruz Machado (1910), Guarapuvinha (1910), Imbituva (1910), Rio Azul (1918), Teixeira Soares (1916), Rebouças (1930).

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

agência de colonização. Assim, o colono via-se obrigado a entrar em um sistema de produção com finalidade de acúmulo (CHELMICKI, 2010 [1891]). As práticas de manejo do território, que a partir da colonização fragmentou-se em pequenas propriedades rurais, exercida por colonos europeus instalados nos arredores de São Mateus do Sul, evidencia algumas das estratégias adotadas por essas famílias. O relato do padre polonês Zygmunt Chelmicki acerca da FOM, feito no ano de 1891, revela como se pautou a ação de manejo do território a partir da escala da paisagem de cada uma das propriedades rurais:

Para o colono polonês, a mata virgem agrada mais, já porque a floresta sempre foi a sua maior tentação, já pelo fato da ideia errônea de que lá encontrará terra muito melhor (p. 254). [...] Ninguém pode ter ideia do que seja uma floresta virgem, ou melhor, uma floresta brasileira, se não viu com os próprios olhos. É uma compacta massa verde. Milhares de cipós entrelaçados envolvendo tanto as árvores menores como as gigantes, centenárias (p. 257). [...] Então, primeiramente começa pelo corte do mato e dos cipós com uma ferramenta apropriada que tem forma de um alfanje curto, a foice, ferramenta desconhecida na Polônia. Assim consegue vencer o primeiro obstáculo, apanha o machado e empenha-se no corte das árvores de menor porte. Em seguida, chega a vez das maiores e por fim as gigantes (CHELMICKI, 2010, p. 254-59).

Ao longo do período histórico de instalação das colônias, árvores como a imbuia (*Ocotea porosa*), cedro-rosa (*Cedrela fissilis*) e o pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) (MARTINS, 2005; HOEHNE, 2014), foram aplicadas não somente como suporte à organização da vida familiar cotidiana, mas também comercializadas e disponibilizadas às atividades altamente predatórias impostas pelo funcionamento das serrarias que rapidamente se instalavam na região¹³. A narrativa de Esequiel Hupalo, agricultor familiar descendente de terceira geração de imigrantes ucranianos colonos, enfatiza a gestão territorial de conversão da paisagem e uso do solo exploratório, ao lembrar as derrubadas de pinheirais:

À época dos falecidos avós era diferente, tudo aqui era mato, tinha como se viver, erva-mate, mel e madeira davam o sustento pra família, além do que o avô plantava. [...] o madeireiro vinha pra cá na comunidade e marcava as árvores que ele queria comprar, aí passava uns dias e vinha os peões dele e derrubavam os pinheiros e as imbuias. Eles puxavam e levavam pra madeireira

¹³ Paul Walle (1910, p. 296), afirma que no ano em que visitou o Paraná (1909) existiam no estado 120 serrarias. Estatísticas publicadas por Martins (2005, p. 195-96) complementam esta informação, afirmando que em 1896 existiam 64 serrarias no estado. Em 1920, o número já havia alcançado 174, e em 1943 eram 643 serrarias especializadas no processamento da madeira de árvores derrubadas da FOM.

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

uma por uma de carroça [...], aqui tinha sete serrarias antigamente, hoje não tem mais nenhuma. Naquela época o pessoal chegava a derrubar pinheiro por que fazia sombra na roça, infelizmente foi assim (HUPALO, 2018).

O sistema de derrubada das árvores da FOM também se pautava pelas necessidades básicas das famílias, que trocavam árvores situadas nos lotes em que foram alocados por animais de criação, como porcos e bois, ou até mesmo por telhas de barro para cobertura de casas, como afirmou Juliano Oliva¹⁴, agricultor familiar descendente de imigrantes poloneses. Essas práticas tornam-se evidentes a partir de registros fotográficos relacionados à colonização, realizados na região de Irati entre 1906 e 1912 pelo fotógrafo Augusto Weiss, publicados em livro no ano de 2017. É o que apresenta a imagem que segue (Figura 3), onde pode-se ver o funcionamento de uma serraria, recebendo toras de árvores de floresta primária. Ao fundo, observa-se a ação de conversão da paisagem em fragmentos florestais, com a presença de campos de cultivo.

Figura 3 – Derrubada da FOM na região de Irati, início do século XX



Fonte: WEISS, 2017, p. 19.

Sobre a exploração madeireira, estima-se que entre 1911 e 1941, segundo estatísticas oficiais de exportação analisadas por Romário Martins (2005, p. 159), anualmente foram extraídas 106.432 toneladas de madeira de pinheiro da FOM. Ao considerar que uma *Araucaria angustifolia* produza, em média, 1500 quilos de madeira (MARTINS, 2005), pode-se afirmar que foram comercializadas para o exterior cerca de 71 mil pinheiros por ano, ao longo de 30 anos. Ou seja, somente

¹⁴ OLIVA, J. **Entrevista Campo Três Rios**. Entrevista concedida ao autor. Antônio Olinto: UEPG, 2019. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para esta pesquisa. Total de 41:21 de duração.

durante este período, mais de 2 milhões de pinheiros foram cortados, processados e comercializados para o mercado externo, excluindo-se destes números os dados referentes ao comércio interno e a utilização do pinheiro nas propriedades rurais não contabilizados estatisticamente, assim como a madeira queimada ou simplesmente rejeitada ou mesmo a madeira utilizada como lenha para a geração de energia de locomoção dos vapores e trens que transportavam as próprias madeiras em direção aos portos de exportação.

Em 1928, o botânico Frederico Carlos Hoehne atravessou a FOM e em seu relatório de viagem, posteriormente publicado em 1930 sob o título de *Araucarilândia*, ao deparar-se com as condições de transformação da paisagem florestal do Paraná e sua conversão em 'taperas e desertos' (HOEHNE, 2014, p. 106), alertou sobre o eminente desaparecimento da cobertura vegetal natural do estado do Paraná. À época, o autor avaliou a exploração florestal promovida dentro das colônias e cidades instaladas na região do vale do rio Negro, maior afluente do rio Iguaçu¹⁵:

Todas as margens do Rio Negro e seus diferentes tributários estão orladas de mattas mixtas em que a 'Imbuia' domina ou já dominou. Essas mattas são caracterizadas ainda pela presença do 'Mate' e do 'Pinheiro'. Dentro de alguns decênios, talvez só restará, porém, a lembrança dessas florestas. Sobreviverá, certamente o *Ilex paraguariensis*, St. Hilaire, que, além de ser o mais resistente dos três, tem a seu favor o facto de que só é explorável enquanto vivo. (HOEHNE, 2014, p. 51)

A instalação de colonos nas áreas de densa cobertura florestal, portanto, inferiu um novo ordenamento à lógica de interação social com o ecossistema, além da fixação e hereditariedade da posse da terra, ou seja, a continuidade intergeracional da utilização dos recursos disponíveis em um lote de terreno florestado e a conversão das ofertas ecossistêmicas em recurso capital foram características da estrutura de pensamento e ação que passou a se disseminar e a se materializar dentro da FOM. Conduzida pela ação do Estado, baseada em interesses de empresários e elites políticas, essa estrutura de pensamento promoveu uma ruptura epistêmica na gestão territorial da FOM, e para que isso se consolidasse, estratégias de avanço da frente de capitalização colonial da floresta entraram em conflito com a estratégia sustentável conduzida pelo manejo indígena, por muitas vezes repelindo, aculturando ou extinguindo assentamentos inteiros (SCHADEN, 1962; SANTOS, 1973; WEIGERT, 2020).

¹⁵ O rio Negro deságua no rio Iguaçu, na altura do atual município de São Mateus do Sul-PR. Este encontro determina a divisa entre as bacias hidrográficas do Alto e do Médio rio Iguaçu (PARANÁ, 2006). NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

Discussões e conclusão: o reconhecimento como alicerce da ruptura paradigmática

Sendo a mentalidade um relevante agente na construção e significação da paisagem, ao interpretar a historicidade e arranjos narrativos relacionados à escala de gestão do território promovido na FOM, averiguamos a ocorrência do fenômeno de sobreposição epistêmica no que se trata do manejo do ecossistema paralelamente à colonização. Ou seja, o pensamento paisageiro aplicado à manutenção do ecossistema, esteve apoiado pela racionalidade instrumental – política e normativa – e econômica do modelo sistêmico hegemônico de ressignificação e apropriação da floresta (FLORIANI e FLORIANI, 2020). Assim, a análise proposta sugere a atuação de duas cosmovisões atuando na gestão territorial da FOM, colocadas em disputa ao longo do século XX.

Sendo a gestão do território um processo cotidiano, pautado nas ações diárias de inferência de sentido sobre os conjuntos paisagísticos e os ecossistemas, a conversão paisagística hegemônica na qual a colonização se respaldou resultou na fragmentação e desaparecimento de grandes áreas florestais. Nesse sentido, a ação hegemônica ante o território proporcionou, como consequência, a supressão de outras territorialidades, outras formas de pensamento, como aldeamentos e acampamentos indígenas dentro da FOM, sobremaneira na região Centro-sul do Paraná.

Em contrapartida aos dados que apontam a existência de apenas 3% de FOM em sua área de ocorrência original, a manutenção desta floresta dentro da Terra Indígena Rio Areia resulta no coincidente antagonismo: a área de preservação florestal é de 97% do total do território, com a floresta exercendo importante papel na manutenção cultural, autonomia alimentar e econômica da comunidade Guarani M'Byá. A coleta de alimentos na floresta, como pinhões, cogumelos, frutos nativos, a caça de pequenos mamíferos e a pesca, além da comercialização da erva-mate são a base de sustentação das famílias indígenas que interagem com o ambiente florestal todos os dias.

Esta prática, segundo nos informou o vice-cacique da aldeia, Sr. Julinho Lima, está estreitamente embasada na matriz epistêmica do pensamento indígena de gestão do território:

Não é do feitio do povo Guarani a destruição [...] aqui na nossa aldeia a gente tem a ideia de preservar sempre. A maior parte dos Guarani são favoráveis à floresta, pois existem muitos meios para preservar e ao mesmo subsistir dentro da reserva indígena, veja o caso da erva-mate. [...] Ainda muitos índios (sic) daqui saem pelas matas para caçar ou pegar uma planta para fazer cura (LIMA, 2023).

A reflexão e análise do processo histórico da territorialização do pensamento hegemônico e sua atuação ante o ecossistema da FOM no

Centro-sul do Paraná evidenciou o processo da disputa do território e a territorialização da ontologia hegemônica/moderna (CARRASCO e VERGARA, 2023). As mentalidades, como princípio de ações espaciais, como pensamento paisageiro, inferiram formas e sentidos ao território em questão. A agência do Estado, através da ação do colono imigrante e sua intergeracionalidade fixada na terra loteada, contrapôs e ao mesmo tempo diluiu, confinou e modificou o pensamento paisageiro e culturalidades indígenas de fluidez do território. Esse processo, em acúmulo espacial e temporal, foi decisivo para a territorialização da condição contemporânea do complexo paisagístico da FOM na região, assim como o seu ordenamento espacial.

Na interpretação do historiador britânico Simon Schama, as camadas de memória dispostas na paisagem – e no território – trazem vida e significam a constituição dos elementos de um determinado recorte espacial, transpassando a temporalidade em que tal significado foi inferido (1996). Isso quer dizer, em outras palavras, que a constituição do pensamento gestor da territorialidade, difundido como praxis regionalmente, atravessa o momento em que surge e continua intergeracionalmente. Isso quer dizer que o fenômeno ocorrido entre as décadas de 1880 e 1940 se transformou ao longo do tempo, derivando na colonialidade das práticas, na expansão agrícola, no manejo de impedimento de regeneração, no desmatamento e na exaltação da colonialidade, manifesta no tradicionalismo e conservadorismo da herança colonial.

Boaventura de Sousa Santos, em sua obra “Descolonizar”, aponta que para a construção de um futuro que rompa com a epistemologia racionalista colonizada que impôs aos ecossistemas o desencantamento e a monocultura do pensar. Para tanto, devemos, primeiramente, compreender os processos do passado, pois são eles os alicerces do presente (2022). Nesse sentido, a reterritorialização epistêmica do manejo aplicado à FOM apresenta-se como o único caminho que conflui para a construção de uma verdadeira gestão ecológica deste ecossistema. Essa gestão deve, ao reconhecer os prejuízos causados pela ação colonial ao ecossistema e suas culturas originárias, passar a ressignificar e valorizar os conhecimentos tradicionais indígenas aplicados à gestão de seu território e do manejo sustentável da FOM no Paraná.

Para tanto, faz-se necessária, inicialmente, a ressignificação do conjunto de práticas e saberes indígenas mantidos dentro do ecossistema da FOM, fortalecendo práticas na ecologia dos saberes indígenas (SANTOS, 2006) e promovendo mecanismos pelo diálogo pleno entre as comunidades aldeadas, com o intuito de manutenção das práticas culturais de manejo ecossistêmico atreladas à memória biocultural originária (BARRERA-BASSOLS; FLORIANI, 2017). Este papel recai sobre a sociedade beneficiada pelo processo histórico da colonização e as instituições ligadas ao Estado e à sociedade civil cujas finalidades respaldam-se em buscar estratégias para a preservação ecossistêmica e manutenção da sociobiodiversidade.

Junto a esse processo, localizando o fenômeno aqui discutido a partir do exemplo espaço-temporal dialogado neste artigo, faz-se

necessária, em grande urgência, o reconhecimento e demarcação de territórios indígenas não reconhecidos pelo Estado dentro da FOM. Somente no estado do Paraná existem 5 territórios indígenas na Floresta com Araucária sem reconhecimento e nem proteção do Estado, sendo Ka'aguy Guaxy, Kakané Porã e Karuguá/Araça'í territórios gerenciados pelos Guaraní M'Byá e os acampamentos Rio Negro e Kokhum Já dos Kaingang (ISA, 2023). Sem o amparo e proteção legal do Estado, assim como foram tantos outros territórios indígenas do passado, os territórios ancestrais seguem à mercê da capacidade operacional da agência especulativa da territorialidade hegemônica e da capitalização do ecossistema.

Que a gestão territorial Guaraní M'Byá do Rio Areia, como *locus* de contra-hegemonia histórica da gestão do território, possa puxar um movimento de reterritorialização epistêmica para a construção de um futuro no qual preservação ecossistêmica e manutenção de práticas territoriais embasadas na sustentabilidade seja uma realidade. O reconhecimento da sobreposição e seus resultados catastróficos potencialmente embasa ações de preservação ecossistêmica no ambiente de FOM e, seguramente, para outros ecossistemas brasileiros que atravessam, historicamente, pressões do sistema hegemônico.

Fontes orais:

HUPALO, E. **Entrevista Lomba do Meio**. Entrevista concedida ao autor. Antônio Olinto: UEPG, 2019. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para esta pesquisa. Total de 42:23 de duração.

LIMA, J. P. **Entrevista aldeia Rio Areia IV**. Entrevista concedida ao autor. Inácio Martins/PR: UEPG, 2023. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para a pesquisa. Total de 33:44 de duração, 2022.

LOPES, J. K. X. **Entrevista aldeia Rio Areia I**. Entrevista concedida ao autor. Inácio Martins/PR: UEPG, 2023. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para a pesquisa. Total de 38:47 de duração, 2022.

OLIVA, J. **Entrevista Três Rios**. Entrevista concedida ao autor. Antônio Olinto: UEPG, 2019. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para esta pesquisa. Total de 41:21 de duração.

VERÍSSIMO, A. T. **Entrevista aldeia Rio Areia II**. Entrevista concedida ao autor. Inácio Martins/PR: UEPG, 2023. Arquivo mp4. Entrevista realizada exclusivamente para a pesquisa. Total de 23:47 de duração, 2022.

Referências bibliográficas:

- ARRUDA, D. M. Dinâmica da vegetação do último Máximo Glacial (21 ka) e Holoceno médio (6 ka): um modelo ecológico de nicho de biomas baseado em clima e solo. 2016. 69 f. **Tese** (Doutorado em Botânica) – DBV, UFV, Viçosa, 2016.
- BARRERA-BASSOLS, N; FLORIANI, N. (Orgs.). **Saberes locais, paisajes y territorios rurales en América Latina**. Popayán: Universidad del Cauca, 2017.
- BENTO, L; P. Plantas medicinais na cultura M'byá Guarani: uma revisão bibliográfica nos trabalhos de conclusão de curso. **Trabalho de conclusão de curso** (Graduação em Educação no campo) – DCN, UFFS, Erechim, 2023.
- BERQUE, A. **Thinking through landscape**. New York: Routledge, 2013.
- BITENCOURT, A. L. V; KRAUSPENHAR, P. M. Possible prehistoric anthropogenic effect on *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze expansion during the late Holocene. **Revista Brasileira de Paleontologia**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.109-116, jan./abr. 2006.
- BONOMO, M; ANGRIZANI, R. C; APOLINAIRE, E; NOELLI, F. S. A models for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**, v. 356, p. 54-73, jan. 2015.
- CARDOSO, J. A; WESTPHALEN, C. M. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.
- CARRASCO, N; VERGARA, F. Coastal territorialities and ontologies in friction: a review of multiple coastal settlements in the context of climate change. **Journal of Coastal Conservation**, nº 27, v.17, p. 1-15, 2023.
- CARVALHO, M. M. X. O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações. 2006. **Dissertação** (Mestrado em História) – CFCH, UFSC, Florianópolis, 2006.
- CARVALHO M. M. X; NODARI E. S. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 21, n 29. p. 63-82, 2008.
- CASTELLA, P. R; BRITZ, R. M. **A Floresta com Araucária no estado do Paraná**. Brasília: MMA, 2004.
- CHELMICKI, Z. **Imigrantes poloneses no Brasil de 1891**. Trad. Sofia Winklewski Dyminski. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.
- COSTA, D. R. F; FERREIRA, Y, N. Paraná: Geopolítica imigrantista e a formação territorial. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 143-148, jul/dez, 1999.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DERLAN, P. F. Resgate histórico e análise espaço-temporal da ocupação da Terra Indígena Mangueirinha, Paraná (1975 – 2019). **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – PPGE, UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2020.

DUTRA, T. L.; STRANZ, A. História das Araucariaceae: a contribuição dos fósseis para o entendimento de adaptações modernas da família no Hemisfério Sul, com vistas a seu manejo e conservação. In: RONCHI, L. H. (org.). **Tecnologia, Diagnóstico e Planejamento**, São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003. p. 293-351.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. The State of World's Forests 2020. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca8642en/ca8642en.pdf>. Acesso em 1 de agosto de 2023.

FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Ecología de las prácticas y de los saberes para el desarrollo local: territorios de autonomía socioambiental en algunas comunidades tradicionales del centro-sur del Estado de Paraná, Brasil. **POLIS**: Santiago, v. 56, p. 24-39, 2020.

GURSKI, E. A. Territorialidades Guarani: A Circularidade e a Terra Indígena Rio D'areia. 2015. **Dissertação** (Mestrado em História) – PPHIS, UNICENTRO, Irati, Paraná, 2015.

HOEHNE, F. C. Araucarilândia. **Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930. Ed. Fac-similada. Curitiba: J. A. S. Carneiro, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa da área de aplicação da Lei 11.428/2006. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual técnico da vegetação brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Terra indígena Rio Areia. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3840>. Acesso em 29 de outubro de 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>. Acesso em 1 de agosto de 2023.

KOCH, Z; CORREA, M. C. **Araucária: a floresta do Brasil meridional**. 2a ed. Curitiba: Olhar Brasileiro, 2010.

LACERDA, A. E. B. Conservation strategies for Araucaria Forests in Southern Brazil: assessing current and alternative approaches. **Biotropica**, v. 48, n 4, p. 537-544, 2016.

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

LAUTERJUNG, M. B; BERNARDI, A. P; MONTAGNA, T; CANDIDO-RIBEIRO, R; COSTA, N. C. F; MANTOVANI, A; REIS, M. S. Phylogeography of Brazilian pine (*Araucaria angustifolia*): integrative evidence for pre-Columbian anthropogenic dispersal. *Tree Genetics & Genomes*, v. 14, n. 36, p 1-12, 2018.

LAVERDI, R; MASTRÁNGELO, M. (Orgs.). **Desde las profundidades de la Historia Oral**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013.

LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

LITTLE, P. E. Gestão territorial em terras indígenas: definição de conceitos e proposta de diretrizes. Relatório entregue à SEMA-AC, SEPI-AC e GTZ. Rio Branco, 2006. Disponível em: http://www.iapad.org/wp-content/uploads/2015/07/gestao_territorial_em_terras_indigenas_1333841653_1334544840.pdf

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1981.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 4. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

MARTINS, A. R. **Livro das árvores do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2005.

NEIRA, J. C. A. Ocupação e gestão territorial de indígenas M'Byá Guarani: análise a partir da formação da aldeia Itanhaen, em Santa Catarina, Brasil. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Agroecossistemas) - CCA, UFSC, Florianópolis, 2008.

NOELLI, F. S. Sem Tekohá não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do Rio Jacuí-RS. 1993. **Dissertação** (Mestrado em História) – IFCH, PUC/RS, Porto Alegre, 1993.

NOELLI, F. S. A ocupação humana no sul do Brasil: arqueologia, perspectivas e debates (1872-2000). **REVISTA USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.

NOELLI, F. S. Aportes históricos e etnológicos para o reconhecimento da classificação guarani de comunidades vegetais no século XVII. **Fronteiras**, v. 2, n. 4 (1998), 2021.

NOGUEIRA, J. F. M. M. Historicidade e significado nas paisagens dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate na bacia do Alto Iguaçu, sul do Paraná. **Dissertação** (Mestrado em História) – PPGH, UEPG, Ponta Grossa, 2021.

OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos Vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

NOGUEIRA, João Francisco Miró Medeiros. Reterritorializando a episteme das práticas: a gestão Guarani M'byá da Terra Indígena Rio Areia como paradigma para a preservação da floresta com araucárias no Paraná. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 240-262, jan./abr. 2024.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. Dossiê teorias socioambientais. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, 2010.

PARANÁ. Relatório do Presidente de Província do Paraná, Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos na Assembleia provincial em 15 de Junho de 1854. Typ. Paranaense, Curitiba, 1854, p. 60 – 64.

PARANÁ. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. Mapa de unidades hidrográficas do Paraná: 2006. Curitiba: SEMA/SUDERHSA, 2006. 1 mapa, arquivo PDF. Escala 1:25.000

PIRES, P. T. L.; ZENI JUNIOR, D. M.; GAULKE, D. As unidades de conservação e a Floresta Ombrófila Mista no estado do Paraná. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 22, n. 3, p. 589-603, jul.-set., 2012.

PRINTES, R. B.; COELHO-DE-SOUZA, G. P. Ka'aguy heté reguá: criações naturais originárias de uso comum e sua relação com o território guarani no litoral do Rio Grande do Sul, Brasil. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 13, n. 1, p. 253 – 287, 2021.

RADOMSKI, M. I.; LACERDA, A. E. Sistemas Agroflorestais com Bracatinga para Uso e Conservação da Floresta com Araucária. **Anais do III CPA**, v. 14, n. 1, 2019.

RIBEIRO, B. G. **O índio na cultura brasileira**. Unibrade: Centro de cultura, 1987.

ROBINSON, M.; DE SOUZA, J.G.; MAEZUMI, S.Y.; CÁRDENAS, M.; PESSEDA, L.; PRUFER, K.; CORTELETTI, R.; SCUNDERLICK, D.; MAYLE, F. E.; DE BLASIS, P.; IRIARTE, J. Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. **Scientific Reports**, v. 8, n. 7800, 2018.

RODERJAN, C. V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S.; HATSCHBACH, G. G. As unidades fitogeográficas do estado do Paraná, Brasil. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 24, p. 75- 92, 2002.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para um a nova cultura**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. **Descolonizar: abrindo a história do presente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Boitempo, 2022.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6a ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, S. C. **Índios e brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Difusão européia do livro, 2ª ed., 1962.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SERRÃO, A. V; **Filosofia da paisagem**: Uma antologia. Lisboa: Vniversitas, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SILVA, M. A. C; NUNES, K; LEMES, R. B; AMORIM, C. E. G; KRIEGER, J. E; MILL, J. G; SALZANO, F. M; BORTOLINI, M. C; PEREIRA, A. C; COMAS, D. HUNEMEIER, T. Genomic insight into the origins and dispersal of the Brazilian coastal natives. **PNAS**, v.117, n.5, fev. 2020.

TOLEDO, V. M; BARRERA-BASSOLS, N. **La memória biocultural**: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

TORRES, D. G. **Cultura Guarani**. Assunção: Ed. Litocolor, 1997.

WACHOWICZ, R. C. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural Casa Romário Martins, 1981.

WALLE, P. **Au Brésil, de l'Uruguay au rio São Francisco**. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 1910.

WEIGERT, D. Nas sombras das Araucárias: colonizadores e indígenas nas fronteiras do Paraná (1808-1900). 2020. **Tese** (Doutorado em História Econômica) – FFLCH, USP, São Paulo, 2020.

WEISS, A. **Augusto Weiss**: fotografias do Estúdio Foto Progresso (1890-1970). Curitiba: Ed. Voar, 2017.

WORSTER, D. **Transformaciones de la Tierra**. Montevideo: Coscoroba, 2008.

Recebido em: 03/08/2023 * Aprovado em: 22/12/2023 * Publicado em: 30/04/2024
